



**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**  
**Autarquia Municipal criada pela lei nº549/66**

Rua Mozart da Silva Pinto, nº 60, Bairro Loteamento do Parque, Machado – MG, CEP.: 37.750-000

# PREGÃO ELETRÔNICO

021/2025

## **OBJETO**

Fornecimento contínuo, com entrega conforme demanda, de uniformes para uso dos servidores do SAAE de Machado – MG.

## **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 137.395,40 (Cento e trinta e sete mil, trezentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos).

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 25/09/2025 às 08h (horário de Brasília)

## **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço por grupo

## **MODO DE DISPUTA:**

Aberto

## **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

Sim

## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO .....	4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	16
9. DO TERMO DE CONTRATO .....	18
10. DOS RECURSOS .....	19
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	20
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	22
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	23



**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**  
**Autarquia Municipal criada pela lei nº549/66**

Rua Mozart da Silva Pinto, nº 60, Bairro Loteamento do Parque, Machado – MG, CEP.: 37.750-000

**Telefones: (35) 3295-0750 – E-mail: [compras@saaemachado.mg.gov.br](mailto:compras@saaemachado.mg.gov.br)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025**

**Processo Administrativo nº 028/2025**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Machado/MG, por meio da Seção de Compras e Licitações, sediado a Rua Mozart da Silva Pinto, 60, bairro Loteamento do Parque, na cidade de Machado/MG, CEP 37750-000, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é o Fornecimento contínuo, com entrega conforme demanda, de uniformes para uso dos servidores do SAAE de Machado – MG conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 14 (quatorze) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e junto à Bolsa de Licitações e Leilões: (<https://bll.org.br/>).

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: ABR/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Código de Identificação Ger@AGU: 34b67f1756471534471

**2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.**

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de

trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4. e 2.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.4. e 2.7.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

## **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: ABR/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Código de Identificação Ger@AGU: 34b67f1756471534471

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, **o licitante deverá incluir no sistema declaração assinada digitalmente, nos moldes do Anexo III que:**

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3. ou 4.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição

(EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local previstos neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: ABR/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Código de Identificação Ger@AGU: 34b67f1756471534471

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 30,00**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: ABR/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Código de Identificação Ger@AGU: 34b67f1756471534471

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

6.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2. empresas brasileiras;

6.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: ABR/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Código de Identificação Ger@AGU: 34b67f1756471534471

6.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.9. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>) e Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CNEP e CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: ABR/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Código de Identificação Ger@AGU: 34b67f1756471534471

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: ABR/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Código de Identificação Ger@AGU: 34b67f1756471534471

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1., poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas , para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **9. DO TERMO DE CONTRATO**

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: ABR/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Código de Identificação Ger@AGU: 34b67f1756471534471

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 15 (quinze) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2. e 9.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede administrativa do SAAE, situado à Rua Mozart da Silva Pinto, nº 60 - Loteamento do Parque - Machado/MG.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: ABR/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Código de Identificação Ger@AGU: 34b67f1756471534471

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: <https://bll.org.br>

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), endereço eletrônico <https://bll.org.br> e endereço eletrônico <https://saaemachado.mg.gov.br/categoria/licitacoes-em-andamento/>

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: ABR/2025


Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Código de Identificação Ger@AGU: 34b67f1756471534471

- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.
    - 13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
  - 13.11.2. ANEXO II - Minuta de contrato
  - 13.11.3. ANEXO III - Modelo de declaração obrigatória para participação.

Machado, 10 de setembro de 2025.

 Assinado de forma  
digital por JOSE  
ANTONIO DE ARAUJO  
JUNIOR:00254069061  
Dados: 2025.09.10  
09:10:23 -03'00'

---

José Antônio Araújo Junior  
Diretor

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**  
**Autarquia Municipal criada pela lei nº549/66**


Rua Mozart da Silva Pinto, nº 60, Bairro Loteamento do Parque, Machado – MG, CEP.: 37.750-000  
**Telefones: (35) 3295-0750 – E-mail: [compras@saaemachado.mg.gov.br](mailto:compras@saaemachado.mg.gov.br)**



**TERMO DE REFERÊNCIA - 006/2025 – SMPT**



Processo Administrativo nº028/2025



**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**



1.1. Fornecimento contínuo, com entrega conforme demanda, de uniformes para uso dos servidores do SAAE de Machado – MG, nos termos da relação abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>Boné, modelo trucker (americano) liso personalizado com as seguintes características: - Confeccionado em tecido SUPERCAP de trama fechada; Tecido 100% poliéster; Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado na copa do boné, largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; Tela de poliéster na região posterior; Aba semi-curva com 6 costuras, frente dublada com entretela de memória; Regulador: Plástico snapback, tamanho: 58 cm (Ajustável para +/- 4 cm); Tamanho da Aba: 18 cm x 7 cm; Largura: 17 cm; Altura: 13 cm; Boné na cor Azul-petróleo.</p> <div style="text-align: center;">  <p>Visão Posterior      Visão lateral</p> <p>Visão frontal</p> </div>	Unidade	100	R\$ 24,42	R\$ 2.442,00


2	<p>Chapéu em brim, modelo Árabe liso com as seguintes características: - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado na frente do chapéu, largura de 10cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; - Proteção do pescoço com botões de fixação; - Chapéu na cor Azul-petróleo idêntico a cor do Item 1.</p> 	Unidade	100	R\$ 40,94	R\$ 4.094,00
3	<p>Camisa Slim, masculina, manga longa, sob medida, com as seguintes características: - Composição 67% Poliéster e 33% Algodão +- 5%; - Gramatura 120g/m<sup>2</sup> e 180g/m linear +- 5%; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no bolso esquerdo. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; - Camisa na cor Azul-clara com detalhes na cor Azul-petróleo; - Um bolso na cor azul-claro e um botão simples na cor Azul-petróleo; - Punhos com detalhes internos e dois botões na cor Azul-petróleo; - Colarinho com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo e botões de fixação; - Carcela com detalhe na parte interna na cor Azul- petróleo; - A cor Azul-petróleo deve ser idêntica a cor dos itens 1 e 2.</p> 	Unidade	120	R\$ 110,40	R\$ 13.248,00

<p>4</p>	<p>Camisa Slim, Manga Curta Feminina Acinturada, sob medida, com as seguintes características: - Composição 67% Algodão e 30% Poliéster e 3% Elastano; - Gramatura 120g/m<sup>2</sup> e 180g/m linear +- 5%; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no bolso. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; - Camisa na cor Azul-clara com detalhes e botões na cor Azul-petróleo; - Bolso na cor azul-claro e um botão simples na cor Azul-petróleo; - Mangas com detalhes na cor Azul-petróleo; - Colarinho com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo e botões de fixação; - Carcela com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo; - A cor Azul-petróleo deve ser idêntica a cor do itens 1, 2 e 3.</p> 	<p>Unidade</p>	<p>60</p>	<p>R\$ 93,28</p>	<p>R\$ 5.596,80</p>
<p>5</p>	<p>Camisa Polo Slim, sob medida, com as seguintes características:- Composição 67% Poliéster e 33% Algodão +- 5%; - Gramatura 120g/m<sup>2</sup> e 180g/m linear +- 5%; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no lado esquerdo. A logomarca deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; - Camisa na cor Azul-clara com detalhes na cor Azul-petróleo; - Mangas com detalhes na cor Azul-petróleo; - Colarinho com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo e botões de fixação; - Ambas as cores Azul-clara e Azul-petróleo devem ser idênticas as da Camisa administrativa itens 3 e 4.</p> 	<p>Unidade</p>	<p>180</p>	<p>R\$ 57,73</p>	<p>R\$ 10.391,40</p>

<p>6</p>	<p>Camiseta Térmica, masculina, manga longa, sob medida, estilo corte raglã com Proteção UV para Resfriamento sob o Sol própria para Calor Intenso, com as seguintes características:- Composição 90% Poliéster e 10% Elastano; - UV 50+ de proteção; - Estampa da logo do SAAE (Anexo I), sublimado. A logomarca deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação ao logo oficial da Autarquia; - Estampa da logo do SAAE (anexo I) na parte posterior. A logo deve ter largura de 10cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; - Camisa na cor Azul-clara com detalhes e botões na cor Azul-petróleo; - Justo aos braços punhos e ombros a fim de não ficar solta e prejudicar o serviço; - Punho elástico na cor azul-petróleo; - Gola Padre com zíper na cor Azul-petróleo; - Ambas as cores Azul-clara e Azul-petróleo devem ser idênticas as da Camisa Administrativa Itens 3, 4 e 5.</p> 	<p>Unidade</p>	<p>300</p>	<p>R\$ 67,49</p>	<p>R\$ 20.247,00</p>
<p>7</p>	<p>Calça Chino Slim Masculina na cor azul petróleo, sob medida, com as seguintes características: - Composição do tecido 68% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 2% ELASTANO; - Cintura meio elástico com passadores de cinta; - Dois bolsos com botões na parte posterior e dois bolsos na parte frontal; - Botão metálico e zíper frontais; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) no bolso direito traseiro. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; Obs: A cor deve ser idêntica aos itens anteriores.</p> 	<p>Unidade</p>	<p>100</p>	<p>R\$ 84,86</p>	<p>R\$ 8.486,00</p>

<p>8</p>	<p>Calça Feminina, sob medida, Sarja Skinny na cor azul-petróleo e modelagem de cintura média alta, com as seguintes características: - Composição do tecido 68% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 2% ELASTANO; - Dois bolsos com botões na parte posterior e dois bolsos na parte frontal;- Botão metálico e zíper frontais; - Prega macho larga; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) no bolso direito traseiro. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; Obs: A cor deve ser idêntica ao itens anteriores.</p> 	<p>Unidade</p>	<p>60</p>	<p>R\$ 104,03</p>	<p>R\$ 6.241,80</p>
<p>9</p>	<p>Calça Brim, Profissional, azul petróleo, sob medida, com as seguintes características: - Proteção solar com fator superior a 50 contra raios ultravioleta;- Costurados com linha 50; - Tecido 98% de algodão e 2% de elastano (material fino, leve com secagem rápida); - Cintura meio Elástico e passador de cinta; - Dois bolsos frontais; dois posteriores e um bolso cargo com lapela em cada perna; - Botão metálico e zíper frontal; - Travetes no cóc e nos bolsos;- Com faixa refletiva nas duas pernas, tecido gorgurão e 100% poliéster, com 5 cm de largura, na cor amarelo fluorescente; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no bolso esquerdo da perna e no bolso direito traseiro. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia;- A cor deve ser idêntica ao tecido do item 1.</p> 	<p>Unidade</p>	<p>240</p>	<p>R\$ 94,90</p>	<p>R\$ 22.776,00</p>

10	Camisa Slim, masculina, manga curta, sob medida, com as seguintes características: - Composição 67% Poliéster e 33% Algodão +- 5%; - Gramatura 120g/m <sup>2</sup> e 180g/m linear +- 5%; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no bolso esquerdo. A logo deve ter largura de 5 cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia;- Camisa na cor Azul-clara com detalhes na cor Azul-petróleo;- Um bolso na cor azul-claro e um botão simples na cor Azul-petróleo;- Mangas com detalhes na cor Azul-petróleo;- Colarinho com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo e botões de fixação; - Carcela com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo;- A cor Azul-petróleo deve ser idêntica a cor dos itens anteriores.	Unidade	120	R\$ 92,94	R\$ 11.152,80
11	Camisa Slim, manga longa, feminina acinturada, sob medida, com as seguintes características: - Composição 67% Poliéster e 33% Algodão +- 5%; -Gramatura 120g/m <sup>2</sup> e 180g/m linear +- 5%; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no bolso esquerdo. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; - Camisa na cor Azul-clara com detalhes na cor Azul-petróleo; - Um bolso na cor azul-claro e um botão simples na cor Azul-petróleo; - Punhos com detalhes internos e dois botões na cor Azul-petróleo; - Colarinho com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo e botões de fixação; - Carcela com detalhe na parte interna na cor Azul- petróleo; - A cor Azul-petróleo deve ser idêntica a cor dos itens anteriores.	Unidade	60	R\$ 110,40	R\$ 6.624,00
12	Jaleco azul petróleo, sob medida, em tecido Oxford, 100% poliéster, com gola, manga longa, com 03 bolsos frontais, sendo o superior esquerdo sublimado com a logo branca do SAAE. A logomarca deve ter largura de 5 cm e altura proporcional em relação ao logo oficial da Autarquia. A cor azul petróleo deve ser idêntica aos itens anteriores.	Unidade	20	R\$ 74,68	R\$ 1.493,60
13	Jaleco branco, sob medida, em tecido Oxford, 100% poliéster, com gola, manga longa, com 03 bolsos frontais, sendo o superior esquerdo sublimado com a logo azul do SAAE. A logomarca deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação ao logo oficial da Autarquia.	Unidade	20	R\$ 74,68	R\$ 1.493,60

14	<p>Japona na cor preta, sob medida, com as seguintes características: - Material: Nylon Emborrachado (impermeável); - Uma face em poliamida e a outra em PVC; - Costuras impermeabilizadas com selagem térmica; - Forração térmica; - Capuz fixo com regulagem tipo fechamento frontal duplo; - Bolsos fora na parte externa altura da cintura e um bolso interno no lado esquerdo do peito; - Tipo de Fechamento: zíper Tratorado; - Punho e Acabamento de baixo: Elástico; - Estampa da logo branca do SAAE (Anexo I) sublimado no lado. A logomarca deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logo oficial da Autarquia.</p> 	Unidade	140	R\$ 165,06	R\$ 23.108,40
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>				<b>R\$ 137.395,40</b>	

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 30 meses, contados a partir da assinatura do contrato pelo último subscritor, podendo ser prorrogado sucessivas vezes por igual período, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista a necessidade permanente de garantir a organização, padronização e identificação funcional e institucional, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar – ETP -006/2025.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2.025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 22228688000102-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 14/04/2025;
- III) Id do item no PCA: 50;
- IV) Classe/Grupo: 33023;
- V) Identificador da Futura Contratação: Uniformes, Tecidos e Aviamentos;

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Os produtos a serem fornecidos deverão obedecer às normas e critérios de sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. A empresa deve prezar pela realização de práticas de sustentabilidade sob as suas diferentes dimensões: ambiental, social e econômica.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.3. Na presente contratação não será necessário à indicação de marcas ou modelos.

#### **Da vedação de contratação de marca ou produto**

4.4. Na presente contratação não será vedada a utilização de marca/produto no fornecimento do objeto.

#### **Da exigência de amostra**

4.5. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgada por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.6. Serão exigidas amostras de todos os itens referentes ao objeto desta contratação.

4.7. As amostras serão entregues na sede da Autarquia, no endereço Rua Mozart da Silva Pinto, 60 – Loteamento do Parque, Machado – MG, no prazo limite de 15 (quinze) dias corridos da realização do pregão, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.8. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.9. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, à proposta será recusada.

4.10. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.10.1 Todos os itens deverão ser confeccionados conforme a descrição dos objetos e imagens de referência dispostas no Anexo II, obedecendo à logomarca disposta no Anexo I;

4.10.2 Os itens deverão ser confeccionados com materiais de alta qualidade, duráveis, confortáveis e antialérgicos.

4.11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.12. Se as amostras apresentadas pelo primeiro classificado não forem aceitas, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação das

amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.13. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.14. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 7 (sete) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.15. Não haverá exigência de carta de solidariedade.

#### **Subcontratação**

4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.17. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias corridos, contados da solicitação efetuada pelo requisitante, conforme demanda da Autarquia, devendo cada pedido ser de no mínimo: 25% (vinte e cinco por cento) dos itens ou 25% (vinte e cinco por cento) do valor total homologado, ficando essa decisão a cargo do requisitante.

5.1.1 O prazo para a Contratada efetuar as medições dos uniformes, conforme descrição do objeto e anexos I e II, será de 10 (dez) dias corridos, após assinatura do contrato pelo último subscritor, ou, após a cada solicitação de medição feita pelo requisitante, sendo de no máximo de 3 (três) medições durante a vigência contratual;

5.1.2 O prazo do item 5.1 terá início após o término do prazo do subitem anterior;

5.1.3 O fornecimento e as medições deverão obedecer às informações dos Anexos I e II;

5.1.4 A entrega deverá ser efetuada em remessa única conforme a demanda solicitada;

5.1.5 As medições deverão ocorrer na sede da Autarquia, onde os funcionários ficarão disponíveis, nos horários e por um período de tempo a ser definido pelo solicitante.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Sede do SAAE – Machado/MG, Rua Mozart da Silva Pinto, nº 60 – Loteamento do Parque, Machado – MG, Cep.: 37 750 – 000.

- 5.4. A Contratada deverá atender integralmente às seguintes exigências:
- 5.4.1. Confecção conforme modelos padronizados pela Autarquia através dos Anexos I e II, dispostos nesse Termo.
  - 5.4.2. Materiais de alta qualidade, duráveis, confortáveis e antialérgicos;
  - 5.4.3. Sublimado da logomarca institucional, conforme identidade visual disposta no Anexo I;
  - 5.4.4. Camisas UV com proteção mínima UPF 50, com certificação comprovada;
  - 5.4.6. Garantia mínima de 90 (noventa) dias;
  - 5.4.7. Apresentação de amostras (protótipos) para validação prévia;
  - 5.4.8. Inclusão de transporte e todos os encargos no valor proposto.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Fiscalização**

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.15.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de

publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1 o prazo de validade;
- 8.12.2 a data da emissão;
- 8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5 o valor a pagar; e
- 8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

## **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 21/08/2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO PELO VALOR GLOBAL.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será continuado, conforme demanda da Autarquia.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **Disposições gerais sobre habilitação**

9.21. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.22. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.24. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 137.395,40 (Cento e trinta e sete mil, trezentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios da Autarquia.


11.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

- I) 03 001 04 122 0001 4001 339030
- II) 03 001 17 512 0019 4003 339030
- III) 03 001 17 512 0019 4004 339030

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Machado, 10 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente  
 LUCIANO MINGUETI SANTOS  
Data: 10/09/2025 08:58:47-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Luciano Mingueti Santos  
Agente Administrativo  
Chefe Setor de Manutenção, Patrimônio e Transporte



**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**  
**Autarquia Municipal criada pela lei nº549/66**

Rua Mozart da Silva Pinto, nº 60, Bairro Loteamento do Parque, Machado – MG, CEP.: 37.750-000  
Telefones: (35) 3295-0750 – E-mail: [compras@saaemachado.mg.gov.br](mailto:compras@saaemachado.mg.gov.br)

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – 006/2025 - SMPT**

**1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO E SOLICITANTE**

Número do Processo: 028/2025

Seção solicitante: Seção de Materiais, Patrimônio e Transporte

Equipe de Planejamento da Contratação: Luciano Mingueti Santos

**2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. Objeto: Fornecimento contínuo, com entrega conforme demanda, de uniformes para uso dos servidores do SAAE de Machado – MG, nos termos da relação abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 2.2. O fornecimento de conjuntos de uniformes, compostos por camisetas, camisas, calças, jalecos, juponas, bonés e chapéus, é necessário e essencial não apenas para padronizar a aparência dos colaboradores, mas também para facilitar a identificação dos servidores em suas respectivas áreas de atuação. Além disso, o uso de uniformes pode indicar, de forma visual, as áreas ou setores nos quais cada servidor está autorizado a ingressar, fortalecendo a organização interna.
- 2.3. Os uniformes funcionam como ferramentas estratégicas de comunicação e marketing institucional, transmitindo uma imagem de organização, profissionalismo e comprometimento para a população e demais partes interessadas. Essa padronização valoriza os colaboradores, reforçando o senso de pertencimento e identidade institucional.
- 2.4. Ressalta-se ainda a importância de subsidiar a vestimenta funcional dos servidores, evitando que estes tenham que utilizar roupas pessoais no exercício de suas atividades laborais. Além de garantir mais conforto e segurança ao servidor, essa medida demonstra o reconhecimento da administração pública pela dedicação do corpo técnico e promove condições mais justas e adequadas de trabalho.
- 2.5. Diante de todos os aspectos mencionados, reforça-se a necessidade da contratação para aquisição dos uniformes, a fim de viabilizar a realização eficiente das atividades institucionais e assegurar a prestação de serviços com qualidade à população.

**3. DO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO**

3.1. A necessidade da contratação encontra-se alinhada com o planejamento do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Machado - SAAE, previsto no Plano Anual de Contratações 2025, publicado no link: <https://pncp.gov.br/app/pca/22228688000102/2025/1>.

#### 4. DO QUANTITATIVO ESTIMADO

4.1. Para definir e estimar as quantidades de demanda desses uniformes utilizou-se como método de determinação a quantidade de vagas preenchidas; lotação de cada vaga e estimativa de ampliação de quadro de pessoal nos próximos dois anos.

4.2. Sabemos pelas aquisições anteriores que três conjuntos de uniforme por servidor suprem a necessidade semanal, considerando período de lavagem e secagem desses uniformes.

4.3. Além disso, entendemos que para as atividades operacionais que exigem esforço físico; exposição solar e contato com substâncias e objetos abrasivos, estes podem vir a ser danificados sendo necessária a substituição das peças. Para tanto, consideramos para esse estudo acrescentar na previsão um conjunto de uniforme a mais para cada servidor dessa área.

4.4. Considerando o exposto a cima, segue planilha do estudo:

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	QUANT.
1	9684	Boné, modelo trucker (americano) liso personalizado com as seguintes características: - Confeccionado em tecido SUPERCAP de trama fechada; Tecido 100% poliéster; Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado na copa do boné, largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; Tela de poliéster na região posterior; Aba semi-curva com 6 costuras, frente dublada com entretela de memória; Regulador: Plástico snapback, tamanho: 58 cm (Ajustável para +/- 4 cm); Tamanho da Aba: 18 cm x 7 cm; Largura: 17 cm; Altura: 13 cm; Boné na cor Azul-petróleo.	100
2	9685	Chapéu em brim, modelo Árabe liso com as seguintes características: - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado na frente do chapéu, largura de 10cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; - Proteção do pescoço com botões de fixação; - Chapéu na cor Azul-petróleo idêntico a cor do Item 1.	100
3	9686	Camisa Slim, manga longa, masculina, sob medida, com as seguintes características: - Composição 67% Poliéster e 33% Algodão +- 5%; - Gramatura 120g/m <sup>2</sup> e 180g/m linear +- 5%; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no bolso esquerdo. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; - Camisa na cor Azul-clara com detalhes na cor Azul-petróleo; - Um bolso na cor azul-claro e um botão simples na cor Azul-petróleo; - Punhos com detalhes internos e dois botões na cor Azul-petróleo; - Colarinho com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo e botões de fixação; - Carcela com detalhe na parte interna na cor Azul- petróleo; - A cor Azul-petróleo deve ser idêntica a cor dos itens 1 e 2.	120
4	9687	Camisa Slim, Manga Curta Feminina Acinturada, sob medida, com as seguintes características: - Composição 67% Algodão e 30% Poliéster e 3% Elastano; - Gramatura 120g/m <sup>2</sup> e 180g/m linear +- 5%; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no bolso. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; - Camisa na cor Azul-clara com detalhes e botões na cor Azul-petróleo; - Bolso na cor azul-claro e um botão simples na cor Azul-petróleo; - Mangas com detalhes na cor Azul-petróleo; - Colarinho com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo e botões de fixação; - Carcela com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo; - A cor Azul-petróleo deve ser idêntica a cor do itens 1, 2 e 3.	60
5	9688	Camisa Polo Slim, sob medida, com as seguintes características:- Composição 67% Poliéster e 33% Algodão +- 5%; - Gramatura 120g/m <sup>2</sup> e 180g/m linear +- 5%; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no lado esquerdo. A logomarca deve ter largura de 5cm e altura proporcional	180

		em relação à logomarca oficial da Autarquia; - Camisa na cor Azul-clara com detalhes na cor Azul-petróleo; - Mangas com detalhes na cor Azul-petróleo; - Colarinho com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo e botões de fixação; - Ambas as cores Azul-clara e Azul-petróleo devem ser idênticas as da Camisa administrativa itens 3 e 4.	
6	9689	Camiseta Térmica, masculina, manga longa, sob medida, estilo corte raglã com Proteção UV para Resfriamento sob o Sol própria para Calor Intenso, com as seguintes características:- Composição 90% Poliéster e 10% Elastano; - UV 50+ de proteção; - Estampa da logo do SAAE (Anexo I), sublimado. A logomarca deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação ao logo oficial da Autarquia; - Estampa da logo do SAAE (anexo I) na parte posterior. A logo deve ter largura de 10cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; - Camisa na cor Azul-clara com detalhes e botões na cor Azul-petróleo; - Justo aos braços punhos e ombros a fim de não ficar solta e prejudicar o serviço; - Punho elástico na cor azul-petróleo; - Gola Padre com zíper na cor Azul-petróleo; - Ambas as cores Azul-clara e Azul-petróleo devem ser idênticas as da Camisa Administrativa Itens 3, 4 e 5.	300
7	9690	Calça Chino Slim Masculina na cor azul petróleo, sob medida, com as seguintes características: - Composição do tecido 68% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 2% ELASTANO; - Cintura meio elástico com passadores de cinta; - Dois bolsos com botões na parte posterior e dois bolsos na parte frontal; - Botão metálico e zíper frontais; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) no bolso direito traseiro. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; Obs: A cor deve ser idêntica aos itens anteriores.	100
8	9691	Calça Feminina, sob medida, Sarja Skinny na cor azul-petróleo e modelagem de cintura média alta, com as seguintes características: - Composição do tecido 68% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 2% ELASTANO; - Dois bolsos com botões na parte posterior e dois bolsos na parte frontal;- Botão metálico e zíper frontais; - Prega macho larga; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) no bolso direito traseiro. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; Obs: A cor deve ser idêntica ao itens anteriores.	60
9	9692	Calça Brim, Profissional, azul petróleo, sob medida, com as seguintes características: - Proteção solar com fator superior a 50 contra raios ultravioleta;- Costurados com linha 50; - Tecido 98% de algodão e 2% de elastano (material fino, leve com secagem rápida); - Cintura meio Elástico e passador de cinta; - Dois bolsos frontais; dois posteriores e um bolso cargo com lapela em cada perna; - Botão metálico e zíper frontal; - Travetes no cós e nos bolsos;- Com faixa refletiva nas duas pernas, tecido gorgurão e 100% poliéster, com 5 cm de largura, na cor amarelo fluorescente; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no bolso esquerdo da perna e no bolso direito traseiro. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia;- A cor deve ser idêntica ao tecido do item 1.	240
10	9693	Camisa Slim, manga curta, masculina, sob medida, com as seguintes características: - Composição 67% Poliéster e 33% Algodão +- 5%; - Gramatura 120g/m <sup>2</sup> e 180g/m linear +- 5%;- Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no bolso esquerdo. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia;- Camisa na cor Azul-clara com detalhes na cor Azul-petróleo;- Um bolso na cor azul-claro e um botão simples na cor Azul-petróleo;- Mangas com detalhes na cor Azul-petróleo;- Colarinho com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo e botões de fixação; - Carcela com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo;- A cor Azul-petróleo deve ser idêntica a cor dos itens anteriores.	120
11	9694	Camisa Slim, manga longa, feminina acinturada, sob medida, com as seguintes características: - Composição 67% Poliéster e 33% Algodão +- 5%; - Gramatura 120g/m <sup>2</sup> e 180g/m linear +- 5%; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no bolso esquerdo. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; - Camisa na cor Azul-clara com detalhes na cor Azul-petróleo; - Um bolso na cor azul-claro e um botão simples na cor Azul-petróleo; - Punhos com detalhes internos e dois botões na cor Azul-petróleo; - Colarinho com detalhe na parte interna na	60

		cor Azul-petróleo e botões de fixação; - Carcela com detalhe na parte interna na cor Azul- petróleo; - A cor Azul-petróleo deve ser idêntica a cor dos itens anteriores.	
12	9696	Jaleco azul petróleo, sob medida, em tecido Oxford, 100% poliéster, com gola, manga longa, com 03 bolsos frontais, sendo o superior esquerdo sublimado com a logo branca do SAAE. A logomarca deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação ao logo oficial da Autarquia. A cor azul petróleo deve ser idêntica aos itens anteriores.	20
13	9697	Jaleco branco, sob medida, em tecido Oxford, 100% poliéster, com gola, manga longa, com 03 bolsos frontais, sendo o superior esquerdo sublimado com a logo azul do SAAE. A logomarca deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação ao logo oficial da Autarquia.	20
14	9695	Japona na cor preta, sob medida, com as seguintes características: - Material: Nylon Emborrachado (impermeável); - Uma face em poliamida e a outra em PVC; - Costuras impermeabilizadas com selagem térmica; - Forração térmica; - Capuz fixo com regulagem tipo fechamento frontal duplo; - Bolsos faca na parte externa altura da cintura e um bolso interno no lado esquerdo do peito; - Tipo de Fechamento: Zíper Tratorado; - Punho e Acabamento debaixo: Elástico; - Estampa da logo branca do SAAE (Anexo I) sublimado no lado. A logomarca deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logo oficial da Autarquia.	140

## 5. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Para a contratação foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.

5.2. Após análise, elencamos abaixo algumas soluções supostamente aptas a atender às demandas e solucionar os problemas encontrados:

a) Solução A: Contratação de empresa locadora de uniformes

A vantagem na locação de vestimentas inclui a gestão, distribuição e higienização dos itens, fornecendo os uniformes bem cuidados, higienizados e preparados para uso. Além de equipar os colaboradores com peças adequadas a cada função e normas de segurança. Por outro lado a desvantagem dessa solução é o alto custo das vestimentas, pois além do valor da matéria prima há a inclusão da prestação do serviço, o que inviabiliza a contratação tendo em vista o princípio da economicidade observado pela Autarquia.

b) Solução B: Aquisição dos uniformes com remessa/entrega única

Anteriormente, adotava-se a aquisição única dos uniformes. A grande desvantagem dessa solução era excesso de estoque e o comprometimento da qualidade com o passar do tempo. Essa metodologia gerava recorrentes transtornos de ordem logística e operacional, pois o envio de amostras para prova de tamanho demandava longo tempo e grande esforço organizacional, com a necessidade de elaboração de listas, controle de assinaturas e conferência individualizada por servidor. No final, diversos servidores arcavam com ajustes necessários às peças recebidas, gerando despesas pessoais indevidas. Outra desvantagem era em relação ao desgaste natural do uniforme, o servidor ficava desprovido de reposição adequada, utilizando peças danificadas ou roupas pessoais até nova aquisição, o que comprometia a imagem institucional e a segurança no trabalho, além do mais não havia previsibilidade para fornecimento a novos servidores nomeados entre os intervalos de compra,

causando lacunas no padrão de identificação funcional. Diante dos reiterados problemas e da incompatibilidade com a demanda contínua da Autarquia, a Solução B foi descartada como alternativa viável.

c) Solução C: Fornecimento contínuo com entrega conforme demanda

Essa solução atende plenamente a necessidade da Autarquia, pois é um modelo que permite a compra definida com valores fixos e prazos estabelecidos, com facilidade em atender urgências. Com a utilização do sistema de fornecimento conforme demanda, a Administração tende a economizar nas suas aquisições e não precisa providenciar grandes áreas para armazenagem dos uniformes, tendo em vista que o licitante vencedor compromete – se a fornecer as vestimentas pelo preço acordado e no momento em que for solicitado, não trazendo para a Autarquia a responsabilidade de manter a qualidade dos uniformes em longo prazo e o risco de perder estoque devido a incidentes ou deterioração que possam vir a ocorrer. Além disso, trata – se de solução que permite prorrogação contratual por até dez anos, conforme os limites legais, reduzindo custos e retrabalho com novos procedimentos licitatórios em curto prazo.

5.3. Diante da análise comparativa entre as alternativas apresentadas, considerando os encargos operacionais, os riscos contratuais e os princípios da legalidade, economicidade e eficiência, conclui-se que o modelo mais adequado à realidade da Autarquia é a licitação do tipo Menor Preço por Contratação com fornecimento contínuo com entrega conforme demanda, nos termos da Solução C.

5.3.1. Tal escolha se justifica por diversos fatores:

5.3.1.1. O contrato por demanda possibilita a definição de valores fixos, prazos determinados e previsibilidade orçamentária, além de maior segurança jurídica na execução contratual;

5.3.1.2. A contratação por licitação assegura maior comprometimento do fornecedor, pois vincula o fornecimento às cláusulas contratuais e não apenas à possibilidade de adesão posterior, como ocorre no Registro de Preços;

5.3.1.3. Trata-se de solução que permite prorrogação contratual por até dez anos.

5.3.2. Portanto, a adoção deste modelo proporciona maior controle, eficiência operacional e melhor atendimento às necessidades institucionais, sendo recomendada como a opção mais vantajosa para a Autarquia.

## 6. DA ESTIMATIVA DO VALOR

6.1. O valor médio estimado total da contratação é de R\$ 137.395,40 (Cento e trinta e sete mil, trezentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos), divididos da seguinte forma:

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANT.	PREÇO MÉDIO UNIT.	PREÇO MÉDIO TOTAL
1	9684	Boné, modelo trucker (americano) liso personalizado com as seguintes características: - Confeccionado em tecido SUPERCAP de trama fechada; Tecido 100% poliéster; Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado na copa do boné, largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; Tela de poliéster na região posterior; Aba	100	R\$ 244,42	R\$ 2.442,00

		semi-curva com 6 costuras, frente dublada com entretela de memória; Regulador: Plástico snapback, tamanho: 58 cm (Ajustável para +/- 4 cm); Tamanho da Aba: 18 cm x 7 cm; Largura: 17 cm; Altura: 13 cm; Boné na cor Azul-petróleo.			
2	9685	Chapéu em brim, modelo Árabe liso com as seguintes características: - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado na frente do chapéu, largura de 10cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; - Proteção do pescoço com botões de fixação; - Chapéu na cor Azul-petróleo idêntico a cor do item do Item 1.	100	R\$ 40,94	R\$ 4.094,00
3	9686	Camisa Slim, masculina, manga longa, sob medida, com as seguintes características: - Composição 67% Poliéster e 33% Algodão +- 5%; - Gramatura 120g/m <sup>2</sup> e 180g/m linear +- 5%; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no bolso esquerdo. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; - Camisa na cor Azul-clara com detalhes na cor Azul-petróleo; - Um bolso na cor azul-claro e um botão simples na cor Azul-petróleo; - Punhos com detalhes internos e dois botões na cor Azul-petróleo; - Colarinho com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo e botões de fixação; - Carcela com detalhe na parte interna na cor Azul- petróleo; - A cor Azul-petróleo deve ser idêntica a cor dos itens 1 e 2.	120	R\$ 110,40	R\$ 13.248,00
4	9687	Camisa Slim, Manga Curta, Feminina Acinturada, sob medida, com as seguintes características: - Composição 67% Algodão e 30% Poliéster e 3% Elastano; - Gramatura 120g/m <sup>2</sup> e 180g/m linear +- 5%; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no bolso. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; - Camisa na cor Azul-clara com detalhes e botões na cor Azul-petróleo; - Bolso na cor azul-claro e um botão simples na cor Azul-petróleo; - Mangas com detalhes na cor Azul-petróleo; - Colarinho com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo e botões de fixação; - Carcela com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo; - A cor Azul-petróleo deve ser idêntica a cor do itens 1, 2 e 3.	60	R\$ 93,28	R\$ 5.596,80
5	9688	Camisa Polo Slim, sob medida, com as seguintes características:- Composição 67% Poliéster e 33% Algodão +- 5%; - Gramatura 120g/m <sup>2</sup> e 180g/m linear +- 5%; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no lado esquerdo. A logomarca deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; - Camisa na cor Azul-clara com detalhes na cor Azul-petróleo; - Mangas com detalhes na cor Azul-petróleo; - Colarinho com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo e botões de fixação; - Ambas as cores Azul-clara e Azul-petróleo devem ser idênticas as da Camisa administrativa itens 3 e 4.	180	R\$ 57,73	R\$ 10.391,40
6	9689	Camiseta Térmica, masculina, manga longa, sob medida, estilo corte raglã com Proteção UV para Resfriamento sob o Sol própria para Calor Intenso, com as seguintes características:- Composição 90% Poliéster e 10% Elastano; - UV 50+ de proteção; - Estampa da logo do SAAE (Anexo I), sublimado. A logomarca deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação ao logo oficial da Autarquia; -	300	R\$ 67,49	R\$ 20.247,00

		Estampa da logo do SAAE (anexo I) na parte posterior. A logo deve ter largura de 10cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; - Camisa na cor Azul-clara com detalhes e botões na cor Azul-petróleo; - Justo aos braços punhos e ombros a fim de não ficar solta e prejudicar o serviço; - Punho elástico na cor azul-petróleo; - Gola Padre com zíper na cor Azul-petróleo; - Ambas as cores Azul-clara e Azul-petróleo devem ser idênticas as da Camisa Administrativa Itens 3, 4 e 5.			
7	9690	Calça Chino Slim Masculina na cor azul petróleo, sob medida, com as seguintes características: - Composição do tecido 68% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 2% ELASTANO; - Cintura meio elástico com passadores de cinta; - Dois bolsos com botões na parte posterior e dois bolsos na parte frontal; - Botão metálico e zíper frontais; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) no bolso direito traseiro. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; Obs: A cor deve ser idêntica aos itens anteriores.	100	R\$ 84,86	R\$ 8.486,00
8	9691	Calça Feminina, sob medida, Sarja Skinny na cor azul-petróleo e modelagem de cintura média alta, com as seguintes características: - Composição do tecido 68% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 2% ELASTANO; - Dois bolsos com botões na parte posterior e dois bolsos na parte frontal;- Botão metálico e zíper frontais; - Prega macho larga; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) no bolso direito traseiro. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; Obs: A cor deve ser idêntica aos itens anteriores.	60	R\$ 104,03	R\$ 6.241,80
9	9692	Calça Brim, Profissional, azul petróleo, sob medida, com as seguintes características: - Proteção solar com fator superior a 50 contra raios ultravioleta;- Costurados com linha 50; - Tecido 98% de algodão e 2% de elastano (material fino, leve com secagem rápida); - Cintura meio Elástico e passador de cinta; - Dois bolsos frontais; dois posteriores e um bolso cargo com lapela em cada perna; - Botão metálico e zíper frontal; - Travetes no cós e nos bolsos;- Com faixa refletiva nas duas pernas, tecido gorgurão e 100% poliéster, com 5 cm de largura, na cor amarelo fluorescente; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no bolso esquerdo da perna e no bolso direito traseiro. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia;- A cor deve ser idêntica ao tecido do item 1.	240	R\$ 94,90	R\$ 22.776,00
10	9693	Camisa Slim, masculina, manga curta, sob medida, com as seguintes características: - Composição 67% Poliéster e 33% Algodão +- 5%; - Gramatura 120g/m² e 180g/m linear +- 5%;- Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no bolso esquerdo. A logo deve ter largura de 5 cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia;- Camisa na cor Azul-clara com detalhes na cor Azul-petróleo;- Um bolso na cor azul-claro e um botão simples na cor Azul-petróleo;- Mangas com detalhes na cor Azul-petróleo;- Colarinho com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo e botões de fixação; - Carcela com	120	R\$ 92,94	R\$ 11.152,80

		detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo;- A cor Azul-petróleo deve ser idêntica a cor dos itens anteriores.			
11	9694	Camisa Slim, manga longa, feminina acinturada, sob medida, com as seguintes características: - Composição 67% Poliéster e 33% Algodão +- 5%; - Gramatura 120g/m² e 180g/m linear +- 5%; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no bolso esquerdo. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; - Camisa na cor Azul-clara com detalhes na cor Azul-petróleo; - Um bolso na cor azul-claro e um botão simples na cor Azul-petróleo; - Punhos com detalhes internos e dois botões na cor Azul-petróleo; - Colarinho com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo e botões de fixação; - Carcela com detalhe na parte interna na cor Azul- petróleo; - A cor Azul-petróleo deve ser idêntica a cor dos itens anteriores.	60	R\$ 110,40	R\$ 6.624,00
12	9696	Jaleco azul petróleo, sob medida, em tecido Oxford, 100% poliéster, com gola, manga longa, com 03 bolsos frontais, sendo o superior esquerdo sublimado com a logo branca do SAAE. A logomarca deve ter largura de 5 cm e altura proporcional em relação ao logo oficial da Autarquia. A cor azul petróleo deve ser idêntica aos itens anteriores.	20	R\$ 74,68	R\$ 1.493,60
13	9697	Jaleco branco, sob medida, em tecido Oxford, 100% poliéster, com gola, manga longa, com 03 bolsos frontais, sendo o superior esquerdo sublimado com a logo azul do SAAE. A logomarca deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação ao logo oficial da Autarquia.	20	R\$ 74,68	R\$ 1.493,60
14	9695	Japona na cor preta, sob medida, com as seguintes características: - Material: Nylon Emborrachado (impermeável); - Uma face em poliamida e a outra em PVC; - Costuras impermeabilizadas com selagem térmica; - Forração térmica; - Capuz fixo com regulagem tipo fechamento frontal duplo; - Bolsos faca na parte externa altura da cintura e um bolso interno no lado esquerdo do peito; - Tipo de Fechamento: zíper Tratorado; - Punho e Acabamento de baixo: Elástico; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no lado. A logomarca deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logo oficial da Autarquia.	140	R\$ 165,06	R\$ 23.108,40
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$ 137.395,40</b>	

6.2. Consideram-se incluídas nos preços avençados todas e quaisquer despesas, diretas e indiretas decorrentes do objeto tais como: mão de obra, transporte, alimentação, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, fornecimento de todo material para realização do serviço, impostos, taxas e todo e qualquer custo, despesa e encargo relacionados ao objeto dessa contratação.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A modalidade mais vantajosa para esse fornecimento foi a de Pregão na forma eletrônica e o critério de menor preço, ampliando assim a competitividade.

7.2. Trata – se de contratação com fornecimento contínuo, com entrega conforme demanda, de confecção de uniformes, sob medida, respeitados a descrição e padrões estabelecidos nos Anexos I e II deste Estudo Técnico Preliminar – 006/2025.

7.3. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados da solicitação efetuada pelo requisitante, conforme demanda da Autarquia, devendo cada pedido ser de no mínimo: 25% (vinte e cinco por cento) dos itens ou 25% (vinte e cinco por cento) do valor total homologado, ficando essa decisão a cargo do requisitante;

7.3.1. O prazo para a Contratada efetuar a medição dos uniformes, conforme descrição do objeto, será de 10 (dez) dias corridos, após assinatura do contrato pelo último subscritor, ou, após a cada solicitação de medição feita pelo requisitante, sendo de no máximo de 3 (três) medições, durante a vigência contratual;

7.3.2. O prazo do item 7.3 terá início após o término do prazo do subitem anterior;

7.3.3. O fornecimento e as medições deverão obedecer às informações dos Anexos I e II;

7.3.4. A entrega deverá ser efetuada em remessa única conforme a demanda solicitada;

7.3.5. As medições deverão ocorrer na sede da Autarquia, onde os funcionários ficarão disponíveis, nos horários e por um período de tempo a ser definido pelo solicitante.

7.4. Os uniformes deverão ser fornecidos conforme amostra aprovada pela Autarquia, nos termos descritos no objeto desta demanda e no Termo de Referência.

7.4.1. As amostras serão entregues na sede da Autarquia, no prazo de 15 (quinze) dias corridos da realização do pregão, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

7.5. A Contratada deverá confeccionar os uniformes nos modelos padronizados pela Autarquia, conforme os anexos dispostos, em material de alta qualidade, duráveis, confortáveis e antialérgicos, com a logomarca sublimada, conforme identidade visual disposta no Anexo I.

7.6. Os materiais deverão ser entregues conforme demanda, na Sede Administrativa do SAAE – Seção de Material, Patrimônio e Transporte, localizada na Rua Mozart da Silva Pinto, 60 – Loteamento do Parque, Machado – MG, em dias úteis, de segunda às sextas – feiras no horário das 7:00 às 15:00hs.

7.7. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior.

7.8. A liberação na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) para pagamento ficará condicionada à aprovação da inspeção dos uniformes adquiridos e ao recebimento definitivo dos mesmos.

7.9. Ressalta-se que as soluções foram apreciadas, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos. A solução escolhida atende as determinações legais mostrando-se a opção mais viável e econômica à Autarquia.

## **8. DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

8.1. A solução para a contratação será conforme demanda, sendo a licitação do tipo menor preço pelo valor global. A divisão do objeto é prejudicada pela inviabilidade econômica e perda de economia de escala justificando o não parcelamento, além dos seguintes motivos: a) necessidade de padronização dos uniformes, onde a pluralidade de fornecedores poderá descaracterizar ou prejudicar o objetivo da

contratação; b) eficiência na gestão contratual, pois, minimiza a quantidade de contratos de pequeno valor; c) economicidade no valor do frete; e, d) Conforme item 7.3.1, a Contratada terá que efetuar a medição dos uniformes, no prazo e um número máximo de medições estipuladas, o que inviabiliza o parcelamento.

## **9. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

9.1. Reforçar a identidade institucional da Autarquia, por meio da padronização dos uniformes, promovendo uma imagem mais profissional, organizada e coerente com os valores da Autarquia perante o município.

9.2. Garantir proteção adequada aos servidores operacionais, especialmente àqueles expostos a condições climáticas adversas, como radiação solar intensa, contribuindo diretamente para a preservação da saúde e a segurança no ambiente de trabalho.

9.3. Assumir, de forma institucional, a responsabilidade integral pelos custos relacionados aos uniformes, incluindo ajustes e adaptações necessárias ao uso adequado, eliminando encargos que anteriormente eram suportados pelos próprios servidores.

9.4. Promover o sentimento de pertencimento e valorização entre os servidores, fortalecendo o vínculo com a Autarquia e reconhecendo a importância de suas funções na execução dos serviços públicos.

## **10. DAS PROVIDÊNCIAS**

10.1. Designar responsável capacitado para receber, autorizar, supervisionar e conferir o objeto desta licitação.

10.2. Criar documento de requisição que deverá ser assinado pelo SMPT para que o servidor requisitante se direcione até a fábrica mediante a ordem de fornecimento e assim possibilitando a entrega.

## **11. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

11.1. Não se aplica, pois não serão necessárias contratações correlatas e/ou interdependentes a serem realizadas juntamente com o objeto.


## **12. DOS IMPACTOS AMBIENTAIS**

12.1. Não haverá impactos ambientais significativos provocados pela referida aquisição, tendo em vista a natureza do serviço.

## **13. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE**

13.1. Assim se justifica que a solução atende a demanda quanto à razoabilidade, viabilidade técnica, socioeconômica, operacional e ambiental dessa aquisição, sendo viável e necessária à Autarquia.

Machado/MG, 19 de Agosto de 2025.

Documento assinado digitalmente  
 LUCIANO MINGUETI SANTOS  
Data: 10/09/2025 08:59:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Luciano Mingueti Santos

Agente Administrativo

Chefe da Seção de Materiais, Patrimônio e Transporte

**MODELO DE TERMO DE CONTRATO**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO**

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO**

CNPJ: 22.228.688/0001-02  
 Autarquia Municipal criada pela Lei nº 549/66  
 Rua Mozart da Silva Pinto, nº 60 – Loteamento do Parque  
 CEP: 37750-000 Machado – MG  
 Tel.: 35-3295-0750 [www.saaemachado.mg.gov.br](http://www.saaemachado.mg.gov.br)

(Processo Administrativo nº 028/2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM  
 ENTRE SI O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO  
 DE MACHADO/MG E .....

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MACHADO/MG, com sede na Rua Mozart da Silva Pinto, nº 60, bairro Loteamento do Parque, na cidade de Machado/MG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 22.228.688/0001-02, neste ato representado pelo Diretor Adjunto José Antônio de Araújo Júnior, nomeado pela Portaria nº 172, de 30 de abril de 2024, da Prefeitura Municipal de Machado/MG, portador da Matrícula Funcional nº 264, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº 028/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **Pregão Eletrônico nº 021/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de *Fornecimento contínuo, com entrega conforme demanda, de uniformes para uso dos servidores do SAAE de Machado – MG*, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT MAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
<b>1</b>	Boné, modelo trucker (americano) liso personalizado com as seguintes características: - Confeccionado em tecido SUPERCAP de trama fechada; Tecido 100% poliéster; Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado na copa do boné, largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; Tela de poliéster na região posterior; Aba semi-curva com 6 costuras, frente dublada com entretela de memória; Regulador: Plástico snapback, tamanho: 58 cm (Ajustável para +/- 4 cm); Tamanho da Aba: 18 cm x 7 cm; Largura: 17 cm; Altura: 13 cm; Boné na cor Azul-petróleo.	N/I	Unidade	100	R\$	R\$
<b>2</b>	Chapéu em brim, modelo Árabe liso com as	N/I	Unidade	100	R\$	R\$

	seguintes características: - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado na frente do chapéu, largura de 10cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; - Proteção do pescoço com botões de fixação; - Chapéu na cor Azul-petróleo idêntico a cor do Item 1.					
3	Camisa Slim, masculina, manga longa, sob medida, com as seguintes características: - Composição 67% Poliéster e 33% Algodão +- 5%; - Gramatura 120g/m <sup>2</sup> e 180g/m linear +- 5%; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no bolso esquerdo. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; - Camisa na cor Azul-clara com detalhes na cor Azul-petróleo; - Um bolso na cor azul-claro e um botão simples na cor Azul-petróleo; - Punhos com detalhes internos e dois botões na cor Azul-petróleo; - Colarinho com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo e botões de fixação; - Carcela com detalhe na parte interna na cor Azul- petróleo; - A cor Azul-petróleo deve ser idêntica a cor dos itens 1 e 2.	N/I	Unidade	120	R\$	R\$
4	Camisa Slim, Manga Curta Feminina Acinturada, sob medida, com as seguintes características: - Composição 67% Algodão e 30% Poliéster e 3% Elastano; - Gramatura 120g/m <sup>2</sup> e 180g/m linear +- 5%; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no bolso. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; - Camisa na cor Azul-clara com detalhes e botões na cor Azul-petróleo; - Bolso na cor azul-claro e um botão simples na cor Azul-petróleo; - Mangas com detalhes na cor Azul-petróleo; - Colarinho com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo e botões de fixação; - Carcela com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo; - A cor Azul-petróleo deve ser idêntica a cor do itens 1, 2 e 3.	N/I	Unidade	60	R\$	R\$
5	Camisa Polo Slim, sob medida, com as seguintes características:- Composição 67% Poliéster e 33% Algodão +- 5%; - Gramatura 120g/m <sup>2</sup> e 180g/m linear +- 5%; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no lado esquerdo. A logomarca deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; - Camisa na cor Azul-clara com detalhes na cor Azul-petróleo; - Mangas com detalhes na cor Azul-petróleo; - Colarinho com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo e botões de fixação; - Ambas as cores Azul-clara e Azul-petróleo devem ser idênticas as da Camisa administrativa itens 3 e 4.	N/I	Unidade	180	R\$	R\$
6	Camiseta Térmica, masculina, manga longa, sob medida, estilo corte raglã com Proteção UV para Resfriamento sob o Sol própria para Calor Intenso, com as seguintes características:- Composição 90% Poliéster e 10% Elastano; - UV 50+ de proteção; - Estampa da logo do SAAE (Anexo I), sublimado. A logomarca deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação ao logo oficial da Autarquia; - Estampa da logo do SAAE (anexo I) na parte posterior. A logo deve	N/I	Unidade	300	R\$	R\$

	ter largura de 10cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; - Camisa na cor Azul-clara com detalhes e botões na cor Azul-petróleo; - Justo aos braços punhos e ombros a fim de não ficar solta e prejudicar o serviço; - Punho elástico na cor azul-petróleo; - Gola Padre com zíper na cor Azul-petróleo; - Ambas as cores Azul-clara e Azul-petróleo devem ser idênticas as da Camisa Administrativa Itens 3, 4 e 5.					
<b>7</b>	Calça Chino Slim Masculina na cor azul petróleo, sob medida, com as seguintes características: - Composição do tecido 68% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 2% ELASTANO; - Cintura meio elástico com passadores de cinta; - Dois bolsos com botões na parte posterior e dois bolsos na parte frontal; - Botão metálico e zíper frontais; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) no bolso direito traseiro. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; Obs: A cor deve ser idêntica aos itens anteriores.	N/I	Unidade	100	R\$	R\$
<b>8</b>	Calça Feminina, sob medida, Sarja Skinny na cor azul-petróleo e modelagem de cintura média alta, com as seguintes características: - Composição do tecido 68% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER E 2% ELASTANO; - Dois bolsos com botões na parte posterior e dois bolsos na parte frontal; Botão metálico e zíper frontais; - Prega macho larga; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) no bolso direito traseiro. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; Obs: A cor deve ser idêntica ao itens anteriores.	N/I	Unidade	60	R\$	R\$
<b>9</b>	Calça Brim, Profissional, azul petróleo, sob medida, com as seguintes características: - Proteção solar com fator superior a 50 contra raios ultravioleta;- Costurados com linha 50; - Tecido 98% de algodão e 2% de elastano (material fino, leve com secagem rápida); - Cintura meio Elástico e passador de cinta; - Dois bolsos frontais; dois posteriores e um bolso cargo com lapela em cada perna; - Botão metálico e zíper frontal; - Travetes no cós e nos bolsos;- Com faixa refletiva nas duas pernas, tecido gorgurão e 100% poliéster, com 5 cm de largura, na cor amarelo fluorescente; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no bolso esquerdo da perna e no bolso direito traseiro. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia;- A cor deve ser idêntica ao tecido do item 1.	N/I	Unidade	240	R\$	R\$
<b>10</b>	Camisa Slim, masculina, manga curta, sob medida, com as seguintes características: - Composição 67% Poliéster e 33% Algodão +- 5%; - Gramatura 120g/m² e 180g/m linear +- 5%;- Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no bolso esquerdo. A logo deve ter largura de 5 cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia;- Camisa na cor Azul-clara com detalhes na cor Azul-petróleo;- Um bolso na cor azul-claro e um botão simples na cor Azul-petróleo;- Mangas com detalhes na cor Azul-petróleo;- Colarinho com detalhe na	N/I	Unidade	120	R\$	R\$

	parte interna na cor Azul-petróleo e botões de fixação; - Carcela com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo;- A cor Azul-petróleo deve ser idêntica a cor dos itens anteriores.					
11	Camisa Slim, manga longa, feminina acinturada, sob medida, com as seguintes características: - Composição 67% Poliéster e 33% Algodão +- 5%; - Gramatura 120g/m² e 180g/m linear +- 5%; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no bolso esquerdo. A logo deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logomarca oficial da Autarquia; - Camisa na cor Azul-clara com detalhes na cor Azul-petróleo; - Um bolso na cor azul-claro e um botão simples na cor Azul-petróleo; - Punhos com detalhes internos e dois botões na cor Azul-petróleo; - Colarinho com detalhe na parte interna na cor Azul-petróleo e botões de fixação; - Carcela com detalhe na parte interna na cor Azul- petróleo; - A cor Azul-petróleo deve ser idêntica a cor dos itens anteriores.	N/I	Unidade	60	R\$	R\$
12	Jaleco azul petróleo, sob medida, em tecido Oxford, 100% poliéster, com gola, manga longa, com 03 bolsos frontais, sendo o superior esquerdo sublimado com a logo branca do SAAE. A logomarca deve ter largura de 5 cm e altura proporcional em relação ao logo oficial da Autarquia. A cor azul petróleo deve ser idêntica aos itens anteriores.	N/I	Unidade	20	R\$	R\$
13	Jaleco branco, sob medida, em tecido Oxford, 100% poliéster, com gola, manga longa, com 03 bolsos frontais, sendo o superior esquerdo sublimado com a logo azul do SAAE. A logomarca deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação ao logo oficial da Autarquia.	N/I	Unidade	20	R\$	R\$
14	Japona na cor preta, sob medida, com as seguintes características: - Material: Nylon Emborrachado (impermeável); - Uma face em poliamida e a outra em PVC; - Costuras impermeabilizadas com selagem térmica; - Forração térmica; - Capuz fixo com regulagem tipo fechamento frontal duplo; - Bolsos faca na parte externa altura da cintura e um bolso interno no lado esquerdo do peito; - Tipo de Fechamento: zíper Tratorado; - Punho e Acabamento de baixo: Elástico; - Estampa da logo branco do SAAE (Anexo I) sublimado no lado. A logomarca deve ter largura de 5cm e altura proporcional em relação à logo oficial da Autarquia.	N/I	Unidade	140	R\$	R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) meses**, contados da assinatura do contrato pelo último subscritor, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. *O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.26. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.27. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

- 12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- 12.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

- 12.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

- 12.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

- 12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.6.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Das indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Entidade deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) 03 001 04 122 0001 4001 339030

II) 03 001 17 512 0019 4003 339030

III) 03 001 17 512 0019 4004 339030

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Machado/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE (SAAE)

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ: 22.228.688/0001-02

Autarquia Municipal criada pela Lei nº 549/66

Rua Mozart da Silva Pinto, nº 60 – Loteamento do Parque

CEP: 37750-000 Machado – MG

Tel.: 35-3295-0750 [www.saaemachado.mg.gov.br](http://www.saaemachado.mg.gov.br)

### ANEXO III - DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS PARA PARTICIPAÇÃO

AO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MACHADO/MG

Processo: XXX/2025

Eu, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita sob o CNPJ de nº XXXXXXXXXXXX, DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa:

1. Está ciente e concorda com as disposições e obrigações contidas no edital/aviso de contratação direta, no Termo de Referência e seus anexos, cumprindo plenamente os requisitos de habilitação ali definidos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação;
2. Que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
3. Apresenta proposta que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega;
4. Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais (se for o caso), para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;
5. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
6. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
7. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
8. Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
9. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
10. Organizada em cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
11. Enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

XXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de 20XX.

\_\_\_\_\_  
NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL)

CPF nº: XXX.XXX.XXX-XX

RG nº: X.XXX.XXX.X

(assinatura e carimbo)